AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search
http://ageconsearch.umn.edu
aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

**VISÃO DE FUTURO DE AGRICULTORES DA TEIA PRODUTIVA POPULAR DA MANDIOCULTURA NA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO**

**ALEX CARLOS SILVA PIMENTEL; TALES WANDERLEY VITAL;**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO**

**RECIFE - PE - BRASIL**

**alexagronomo@hotmail.com**

**PÔSTER**

**Agricultura Familiar e Ruralidade**

# Visão de Futuro de Agricultores da Teia Produtiva Popular da Mandiocultura na Zona da Mata de Pernambuco

**Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade**

## Resumo

O atendimento técnico ainda limitado a agricultores familiares em Pernambuco reflete na perda de competitividade em arranjos produtivos considerados estratégicos em municípios da Zona da Mata de Pernambuco. A fragilidade social identificada pelo estudo da bacia do rio Goitá e rio Tapacurá, onde se cultiva mandioca, é decorrente da baixa capacidade produtiva em áreas de cultivo e da disponibilidade de casas de farinha em situação precária de funcionamento. A orientação e o planejamento da agricultura familiar realizado por meio participativo pode ser considerada mola propulsora numa de visão de futuro estabelecida nessa instância, bem como, favorecer a diversificação com melhoria significativa no desenvolvimento sustentável da teia produtiva da mandioca nessa zona.

**Palavras-chaves:** Assistência Técnica e Extensão Rural, Visão de Futuro, Planejamento Participativo, Mandioca.

## Abstract

The technical assistance still limited to family farmers in Pernambuco reflects the loss of competitiveness in productive arrangements considered strategic municipalities in the Forest Zone of Pernambuco. The social fragility identified by the study of Goitá and Tapacurá's river basin, where cassava is grown, is due to low production capacity in areas of cultivation and availability of houses of flour in precarious operation. The orientation and the planning of the familiar agriculture carried through participatory decisions can be considered a vision of the future set in that instance, and supports the diversification with significant improvement in the sustainable development of the web production of cassava in the area.

**Key Words:** Technical Assistance and Rural Extension, vision for the future, Participatory Planning, Cassava.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER foram iniciados ao final da década de quarenta, baseado no modelo desenvolvimentista do pós-guerra com o intuito da modernização da agricultura inserindo-se nas estratégias da política de industrialização nacional. A partir da década de noventa, com o então governo do presidente Collor, foi iniciado o desmonte do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, que era coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER e executado pelas empresas de assistência técnica e extensão rural dos estados, as EMATER cuja instalação foi iniciada durante o governo Geisel. Em conseqüência da redução de recursos federais manter esse serviço, várias entidades de ATER pelo país foram sucateadas e até extintas, como ocorrido com a empresa de Pernambuco. O Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER aponta claramente esses registros.

> *"A conseqüência desse processo de afastamento do Estado e diminuição da oferta de serviços públicos de Ater ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as regiões Norte e Nordeste. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação a exclusão social no campo."* (PNATER, 2004, p. 05).

No estado ocorreu o desmonte do sistema a partir do encerramento das atividades da EMATER-PE extinta em 1999 com saldo negativo de R$ R$ 23.641.927,43 (PERNAMBUCO – TCE, 1999), posteriormente assumindo as atividades a Empresa de Abastecimento e Fomento Agrícola de Pernambuco – EBAPE extinta em 2003 com saldo negativo de e R$ 2.383.799,26 (PERNAMBUCO – TCE, 2003), devido à falta de continuidade ou inexistência de controles internos nestas entidades, não recebendo a atenção devida do poder público. As atividades da EBAPE foram repassadas a Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA, tradicional na área de pesquisa. Este desmonte levou a zona rural pernambucana a passar por períodos longos de falta de acompanhamento técnico aos produtores, refletido em processos prejudiciais ao meio ambiente, baixa competitividade e produtividade, dentre outros problemas.

Com todos estes desafios, a oferta de ATER deve vir pautada com reconhecimento do campo de atuação. Métodos participativos dos mais diversos devem ser utilizados, de modo a melhor responder aos anseios do público atingido, pautando o planejamento com a realidade encontrada. Segundo DIESEL (2004), as propostas de pesquisa-ação elaboradas nas décadas de sessenta e setenta, inspiram a educação popular, mesmo que o processo seja variado, como se apresenta.

Conforme CADENGUE (2006) deve estar claro que a agricultura familiar não é um segmento homogêneo, sendo então considerada um universo diversificado em sua composição. A sua capacidade de adaptação varia devido os fatores: de clima, local, cultura, propriedade, estrutura e tamanho familiar, dentre outros principais pontos de definição estratégicas de produção e reprodução. Considerando esta diversificação é que DORDELLY, BUARQUE e GARCIA (2002) referem-se à necessidade de se entender como essa família se organiza, permitindo a compreensão dos aspectos que a caracterizam, como um modo de vida e não apenas como um modelo de produção.

A Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável – PEADS, segundo MOURA (2003) é essencial para o desenvolvimento sustentável a participação popular desde o processo de pesquisa até a tomada de decisões. Neste sentido esta proposta metodológica está dividida em 4 fases básicas *(1.Observar, levantar informações, pesquisar, identificar os primeiros conhecimentos que as pessoas já têm sobre um objeto; 2. Analisar, desenvolver, desdobrar os dados da pesquisa, aprofundar, elevar o patamar do conhecimento trazido pelas pesquisas; 3. Transformar em ação o conhecimento constituído, intervir na comunidade e partir do conhecimento novo, devolver o conhecimento produzido para quem ajudou a gera-lo; 4. Auto-avaliar e heteroavaliar os processos, os conteúdos, as pessoas envolvidas no processo de construção da aprendizagem e das ações).*

Os projetos desenvolvidos no campo da assistência técnica por parte da Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE, toma por base a PEADS, e considera a necessidade do processo dialógico na ação dos técnicos da assistência técnica, condena o uso do termo extensão rural e propõe a comunicação rural como ação mais efetiva no atendimento a agricultores (FREIRE, 1977).

No caso da teia produtiva popular da mandioca na Zona da Mata de Pernambuco, é o exponencial do que vem ocorrendo com o abandono do campo, pela

falta de oferta de ATER, bem como, a potencialidade da agricultura e dos agricultores, quando estes fazem parte de processos participativos de pesquisa e planejamento.

A SNE, por meio de suas ações nos municípios de Pombos, Vitória de Santo Antão, Glória do Goitá e Lagoa de Itaenga, por meio das atividades na teia produtiva popular da mandioca considera importante a participação popular desde a concepção de propostas até a efetiva execução e avaliação. Neste sentido, o reconhecimento do perfil do público trabalhado é peça fundamental de gestão, também é peça fundamental de gestão a devolução e validação de qualquer tipo de pesquisa com o público pesquisado, confirmando os dados levantados e tornando público tais informações. Tal estratégia deve ainda ser base de apoio às ações ao planejamento para atividades de campo, fortalecendo os técnicos perante as comunidades atendidas.

## 2. METODOLOGIA

Para o levantamento do perfil socioeconômico foi utilizado o banco de dados da SNE elaborado durante a execução dos projetos Casa de Farinha e Corredor da Farinha entre os anos de 2007 e 2008. Neste período, técnicos e agentes de desenvolvimento local (ADL) aplicaram questionários a 194 agricultores nos municípios de Pombos, Vitória de Santo Antão, Glória do Goitá e Lagoa de Itaenga. O questionário aplicado levantou informações sobre a composição do núcleo familiar, sexo e tempo de estudo do agricultor entrevistado, renda total da família, e se o entrevistado era beneficiário do programa de bolsa família.

Os aspectos produtivos foram levantados pelos agentes de desenvolvimento local com 160 agricultores, abordando a dinâmica do desenho predial e visão de futuro. Tal dinâmica leva o agricultor a desenhar a propriedade tal como se encontra e também projetar através de outro desenho uma visão de futuro para sua propriedade, sendo que o agente participa do esboço final. Tais dados foram registrados por meio fotográfico, elaborou-se planilha com dados identificados que então foram tabulados. Também donos de casas de farinha foram entrevistados por meio de questionário fechado, aplicado em 41 unidades produtivas.

Tais levantamentos foram apresentados nas comunidades para sua validação e registro. Na caracterização da área geográfica, esse trabalho utilizou dados secundários levantados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco - PROMATA. Na tabulação foi empregado o programa Microsoft Excel, versão 2003. Os resultados encontrados são registrados no próximo item.

## 3. PERFIL E PERSPECTIVAS DE AGRICULTORES DA MANDIOCULTURA

### 3.1 Condições Socioeconômicas

Os agricultores trabalhados apresentam famílias médias compostas por 4,51 membros, totalizando uma população de 876 pessoas. Observa-se grande contingente populacional jovem, entre 05 e 24 anos, correspondente a mais de 44% da população, ou seja, pelo menos 387 pessoas. Porém, entre os participantes diretos, observa-se a

grande quantidade de idosos e a baixa participação dos jovens nas atividades. Conforme AUGUSTO (2005), houve transformações na estrutura etária brasileira, em contraposição nas décadas de 1960 e 1970, onde o Brasil era considerado um país jovem, na atualidade, com a queda do índice de fecundidade e de mortalidade, o Brasil tende a apresentar uma população relativamente idosa.

Vale dizer que dos agricultores envolvidos diretamente, 75% são do sexo masculino, portanto a decisão de adesão da participação ao processo esta no poder do homem. Segundo PAULILO (1982) ao trabalho masculino se é atribuído valor em detrimento da valorização do trabalho da mulher, tal fato mostra desigual distribuição de poder e prestígio.

Em Pernambuco a taxa de analfabetismo é da ordem de 28,30% (PNUD, 2000), a população observada também é caracterizada por altas taxas de analfabetismo, pelo menos 19% nunca foram a escola e outros 24,23% possuem menos de 02 anos de estudo. A quantidade de pessoas com mais de 8 anos de estudo é de aproximadamente 16%, chama-se a atenção para os que possuem até 04 anos de estudo (30,0%).

Quanto à renda, pelo menos 44% situa-se numa faixa menor que um salário mínimo e outros 43% apresentam renda de no máximo 02 salários mínimos. A Zona da Mata Pernambucana a queda real na renda de agricultores foi da ordem de 22% entre os anos de 1999 e 2003 (PIMENTEL, 2005). No mesmo período, para a região o PNUD (2000) registra aumento na concentração de renda. Como providência adotada pelo governo federal para a melhoria nas condições de renda, pelo menos 61% passaram a receber bolsa família.

### 3.2. Aspectos Relevantes das Unidades Produtivos

Entre os agricultores trabalhados, identifica-se para o conjunto de propriedades uma área total de 714,00 ha, o que resulta numa média 4,46 ha por agricultor. Em termos de área plantada foi identificado o total de 476,00 ha com uma média de 2,98 ha cultivados por agricultor.

Tabela 01. Identificação dos agricultores participantes, área plantada e área total (ha)

| Município | Agricultores participantes do processo | Área Plantada (ha) | Área Total (ha) |
|---|---|---|---|
| Vitória de Santo Antão | 23 | 72,50 | 115,00 |
| Glória do Goitá | 109 | 337,95 | 493,45 |
| Lagoa de Itaenga | 14 | 39,05 | 63,60 |
| Pombos | 14 | 26,50 | 42,00 |
| **Total** | **160** | **476,00** | **714,05** |

Fonte: SNE/SERTA, 2008.

Ao se verificar a situação de oferta de água para os agricultores, a melhor condição é observada no município de Vitória de Santo Antão, onde 100% dos agricultores registraram dispor de alguma oferta de água em suas propriedades. Nos

demais municípios a pior situação é observada em Pombos, onde apenas 35% dizem ter disponibilidade de água.

O levantamento por base nos desenhos prediais indicaram que pelo menos 23% dos agricultores possuem casa de farinha funcionais em suas propriedades, a maior concentração situa-se no município de Glória do Goitá, contudo a maior concentração foi identificada no município de Lagoa de Itaenga, onde pelo menos 42% dos entrevistados dispõem de unidades de beneficiamento.

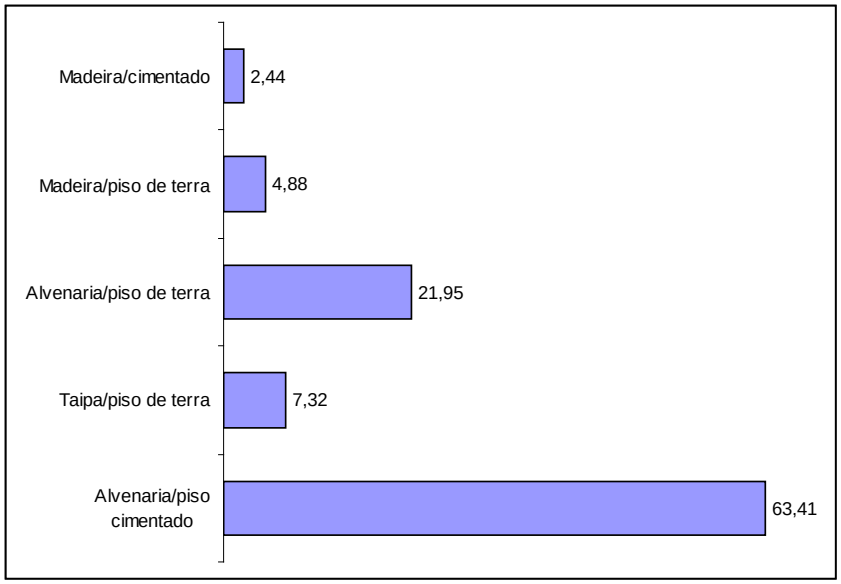
Tabela 02. Disponibilidade de casas de farinha para os agricultores entrevistados.

| Município | Agricultores participantes do processo | Agricultores com Casa de Farinha | % |
|---|---|---|---|
| Vitória de Santo Antão | 23 | 6 | 26,09 |
| Glória do Goitá | 109 | 25 | 22,94 |
| Lagoa de Itaenga | 14 | 6 | 42,86 |
| Pombos | 14 | 0 | 0,00 |
| **Total** | **160** | **37** | **23,13** |

Fonte: SNE/SERTA, 2008.

Nas casas de farinha identificadas, observa-se que pelo menos 75% apontam a necessidade de algum tipo de reforma e ainda funcionam a base de fornos manuais. A estrutura encontrada é da mais variável possível, sendo a mais comum a de alvenaria com piso cimentado (63%), porém outras estruturas também são identificadas como é o caso das construções em alvenaria com piso em terra batida (22%), conforme mostra o gráfico 01.

Gráfico 01. Caracterização da infra-estrutura das casas de farinha na região da Zona da Mata de Pernambuco




Fonte: SNE/SERTA, 2008

Nos casos em que há ocorrência de agricultura e casas de farinha nas unidades, observa-se que em 90% dos casos a mandioca consumida é da região, muitas vezes, raízes produzidas na propriedade ou em propriedades da vizinhança.

A falta de ATER é apontada por PIMENTEL (2007) como problemática crucial na teia produtiva da mandioca na Zona da Mata de Pernambuco, que atrelado a outros fatores leva a necessidade de ordenamento desse arranjo produtivo, bem como, de outros que ora existam de forma desarticulada. Quando do recebimento de ATER, observa-se que houve aumento da área cultivada da ordem de 100%, sem que houvesse oferta de crédito, passando a área cultiva de 89,00 ha para cerca de 189,00 ha plantados em 2007. Por meio do incentivo a diversificação produtiva, e o acesso desse público a 2.000 kg de sementes de feijão vigna, doados pela Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA, gerou como resultado a colheita de pelo menos 70 t de feijão vagem.

O levantamento realizado mostra uma diversificação produtiva regional, além do cultivo da mandioca e da macaxeira (aipim), principal cultura local, a cana-de-açúcar surge ocupando 26,00 ha, seguido por outras culturas como feijão, milho, inhame, fruteiras, horticultura, além de áreas de pastagem.

Esta diversificação produtiva não reflete a drástica redução de áreas cultivadas na região, vale ressaltar que a área plantada com mandioca foi reduzida em pelo menos 10 vezes entre os anos de 1997 e 2006, tal redução também pode ser observada em outras culturas na região (IBGE, 2008).

Quanto a manutenção de recursos naturais, ainda encontra-se disponível, nas propriedades trabalhadas, a existência da passagem de rios/córregos em pelo menos 32 propriedades. Inseridos no bioma da Mata Atlântica, estas propriedades conservam pelo menos 77,00 ha de mata e outros 71,00 ha de capoeira. Somadas (mata e capoeira), representam 20% da área total, o equivalente a área de reserva legal exigido Lei nº 4.771/65.

## 4. VISÃO DE FUTURO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores foram estimulados a desenvolverem suas visões de futuro, por meio do desenho predial de suas propriedades. Dentre as necessidades levantadas, o acesso a água foi identificado pelo menos 64 vezes, sendo mais expressivo esta demanda no município de Pombos. Quanto ao acesso da água, em várias devoluções dos dados nas comunidades de Glória do Goitá, foi observado que o levantamento não refletiu a necessidade do campo, quanto a este bem, sendo fortalecido pela comunidade a precarização do acesso na zona rural deste município, fato que registra-se nos demais municípios e comunidades.

Aspectos de infra-estrutura, como cercas, construção/reforma de casas, construção/reforma de curral/aprisco foram uma constante nos desenhos. Fato curioso é o de uma agricultora em Glória do Goitá, ao levantar a necessidade de construção de cercado em sua propriedade por considerar ter-se elevado a violência no campo, objeto não estudado no levantamento realizado.

Considerando a grande diversificação observada, os agricultores planejam o aumento das áreas atuais de cultivo, seja com cultura anuais referidas por 50 agricultores, seja com culturas permanentes, apontadas por 49 agricultores. Tal fato, mesmo percebendo a potencialidade da agricultura familiar, esta deve estar pautada na qualificação das atuais áreas produtivas, potencializando as áreas já cultivadas. Deve-se considerar a existência de

agricultores que almejam o aumento da área de cultivo em detrimento das áreas de mata ou capoeira, reduzindo ainda mais os recursos naturais existentes. É fato a existência de agricultores têm vontade em reduzir as áreas de mata/capoeira para ampliação das áreas de pastagem. A ATER ofertada deve atuar de forma a orientar na eficiência de áreas atuais em exploração.

Como houve possibilidade de identificar as visões de futuro dos agricultores, o direcionamento das ações de ATER devem ser voltadas para atender as demandas apontadas, e as carências observadas. O acesso a produtos e linhas de financiamentos já existentes deve estar na agenda das equipes técnicas de atendimento, o acesso a linha de projetos especiais do programa PRORURAL do Governo do Estado de Pernambuco pode vir no atendimento da necessidade de recuperação das unidades produtivas, bem como, pela via de acesso as linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, via bancos oficiais.

Não se deve desconsiderar que o aumento da oferta de ATER é situação essencial para a recuperação e melhoria de áreas já cultivadas. As ações da SNE na região demonstram o aumento de áreas de cultivo e a diversificação produtiva com impactos claros sobre a agricultura local, oriundos a partir do acompanhamento técnico, sem que necessariamente tenha havido financiamento por bancos oficiais ou entidades diversas. Há necessidade da oferta de mais recursos para que haja melhorias nas propriedades e recuperação da auto-estima dos jovens do campo.

Finalmente, os dados levantados foram confirmados nas localidades, e todos os agricultores partícipes receberam o seu desenho predial atual e visão de futuro. O diagnóstico apresentado é de conhecimento de seu público pesquisado e serve como norteador para as ações de ATER na região identificada, e é base para os agricultores priorizarem ações em suas propriedades.

## 5. REFERÊNCIAS

AUGUSTO, H. dos A. & RIBEIRO, E. M. **O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: Um enfoque bibliográfico**. Organ. rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 2, p. 199-208, 2005.

BRASIL. **Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965**.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília. 2003.

CADENGUE, Hersília M., *et al*. **Agricultura Familiar: Estudo de caso nos assentamentos rurais da Mata Sul**. Anais do VII Congresso Latino-Americano de Sociología Rural. Quito, Equador. 2006.

DIESEL, Vivien. Et al. **Desenvolvimento Territorial e Metodologias Participativas: Encontros e Desencontros.** Disponível em: <http://www.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/sober_2004_1.pdf.> Acesso em: 19 mar. 2008.

DORDELLY, Luisa Elena Guillén; BUARQUE, Cristina; GARCIA, Vileni. **Comportameto de gênero nos assentamentos da reforma agrária – os casos de Guarani-Bom Lugar/CE e Campo Bonito/CE**. Brasília: MDA/INCRA/FAO, 2002.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 12ª Edição. Editora Paz e Terra. São Paulo. 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Produção Agrícola Municipal 1997 - 2006**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 06 fev. 2008.

MOURA, Abadalazis de. **Princípios e fundamentos da proposta educacional de apoio ao desenvolvimento sustentável – PEADS: Uma proposta que revoluciona o papel da escola diante das pessoas, da sociedade e do mundo**. Glória do Goitá – PE. Serviço de Tecnologia Alternativa. 2003.

PAULILO, Maria Ignes Silveira. **Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio.** Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

PIMENTEL, Alex C.S.; VITAL, T.W. **Cadeia Produtiva Popular da Mandioca na Zona da Mata de Pernambuco**. In: Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina, PR, 2007. CD-Rom.

PIMENTEL, Alex C. S., *et al*. **Evolução das condições de vida de assentados e pequenos agricultores na Zona da Mata de Pernambuco**. Revista Economia e Desenvolvimento, Recife – PE, v. 4, nº 2, p. 51-87. 2005.

PERNAMBUCO. TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO. **Relatório de Contas do Governo 1999**. Disponível em <http://www.tce.pe.gov.br/contas-governo/1999/relatorio.html>. Acesso em 20 nov. 2007.

PERNAMBUCO. TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO. **Relatório de Contas do Governo 2003**. Disponível em < http://www.tce.pe.gov.br/contas-governo/2003/index.htm>. Acesso em 21 fev. 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Versão 1.0.0. ESM Consultoria. 2003.